



EDITORIAL

Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade (RGFC) é uma publicação quadrimestral do Departamento de Ciências Humanas (Campus I/Salvador/BA) e do Departamento de Educação – (Campus VII/Senhor do Bonfim/BA) da Universidade do Estado da Bahia.

José Bites de Carvalho
Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Ávila
Vice-Reitor

Editores desta Edição

Ricardo José Rocha Amorim
Editor-Chefe

Francisco Marton Gleuson Pinheiro
Maria de Fátima Araújo Frazão
Editores Associados

Prezados(as) leitores(as),

Apresentamos o primeiro número do ano de 2021, lançado num momento especial, em que a RGFC faz 10 anos, também marcado por condições adversas à publicação e concretização deste periódico, decorrentes dos efeitos da persistente pandemia de Covid-19. A presente edição conta com seis artigos que abordam temas relacionados à Contabilidade e Tributação, Finanças, Gestão, Gênero no Ambiente Acadêmico e Educação Financeira.

O artigo **Relação entre BTD e Persistência de Resultados: um Estudo após Lei nº 12.973/2014 no Mercado Brasileiro**, assinado por Weslei Camelo Lopes, Marcelo Alvaro da Silva Macedo e Alfredo Sarlo Neto, analisou o efeito da relação entre *book-tax difference* (BTD Total e Temporária) sobre a persistência de resultados durante o Regime Tributário de Transição e após a referida lei, em amostra da base de dados Economática® das companhias não financeiras abertas listadas na B3, dos anos de 2005 e 2017, com adaptação do modelo de Tang (2006) e regressão testada por meio de Mínimos Quadrados Ordinários. Na pesquisa, constatou-se que a persistência de resultados do ano anterior possui relação positiva com a persistência atual independente do período estudado, indicando que o mercado é capaz de prever desempenhos futuros a partir dos lucros correntes.

O artigo **Influência da Estrutura de Propriedade Familiar na Suavização de Resultados**, de autoria de Wanderlan Praia Gomes, Geovanne Dias de Moura, Silvana Dalmutt Kruger e Anderlan Pereira Gomes teve como propósito verificar a influência da estrutura de propriedade familiar na suavização de resultados das companhias abertas listadas na B3, no período de 2013 a 2017. Em um primeiro momento, foram realizadas análises descritivas, tabulações cruzadas, estatística do Qui-Quadrado e teste de *Kruskal-Wallis*, com posterior aplicação da regressão logística. Os resultados apontam para aumento gradativo no número de empresas que adotaram práticas de suavização no período analisado, o que pode indicar que essas mesmas empresas tenham apresentado lucratividade baixa no período, resultando em indícios de disfarce de prejuízos mediante a suavização dos resultados. Verificou-se, também, que o tipo de propriedade familiar é maioria entre as empresas pesquisadas, que tendem a adotar uma gestão conservadora, o que pode contribuir na suavização de resultados. Por sua vez, o reporte de menor lucro aos investidores pode manter política centralizada de sucessão, pagamento de menos dividendos a terceiros e preservação do capital familiar.

Quanto ao artigo **Operações Descontinuadas em Resposta à Diversificação: uma Análise das Companhias Brasileiras Listadas na B3**, apresentado por Natália Garcia de Oliveira, Niara Gonçalves da Cruz, Laura Edith Taboada Pinheiro e José Roberto de Souza Francisco, buscou identificar a relação entre a diversificação corporativa e a descontinuidade de operações em empresas brasileiras listadas na B3, no período de 2011 a 2018. Sendo assim, foram analisados dados de 95 empresas brasileiras, não financeiras, listadas na B3, que contabilizaram pelo menos uma operação descontinuada nesse período. O modelo econométrico utilizado foi o *Logit* em painel e os resultados permitiram inferir que a diversificação corporativa influencia positivamente a probabilidade de as empresas descontinuarem operações. Restou demonstrado, também, que empresas maiores são menos propensas a descontinuarem operações, ao passo que empresas que possuem maior desempenho estão mais propensas a descontinuarem operações.

Em termos da gestão empresarial, o artigo **Sustentabilidade em Micro e Pequenas Empresas: a Visão do Contador**, elaborado por Luana Cristina dos Santos Oliveira, Rafaella Duarte Miranda e Renata Turola Takamatsu, versou sobre aspectos da sobrevivência dessas empresas no contexto da contabilidade, avaliando a percepção dos profissionais desta área sobre a temática da consultoria contábil na manutenção de suas atividades. Por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais representantes de escritórios contábeis foi realizada análise de conteúdo com resultados apontando causas dos altos índices de mortalidade enfrentados pelas Micro e Pequenas Empresas (MPes), sendo destacadas seis principais: burocracias relativas ao mercado; dificuldades financeiras; alta carga tributária; incapacidade de gestão do empreendedor; situação econômica do país; e mudança de ramo e/ou porte da entidade. Diante disso, consta que a mortalidade por ser mitigada mediante a ação da consultoria contábil, desde a abertura do negócio com planejamento prévio e acompanhamento dos aspectos da gestão contábil inerente a esse segmento empresarial.

Políticas públicas voltadas a discriminação e gênero ainda são temas atuais e são abordados por Isis Tamara Alves da Silva, Bruna Camargos Avelino, Eduardo Mendes Nascimento no artigo **Gênero e o Ambiente Acadêmico Contábil: Percepções de Docentes e de Discentes sobre a Trajetória das Mulheres**, que analisaram esses aspectos em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade de Instituições de Ensino públicas do Brasil, com discentes e docentes neste meio acadêmico. Para isso, aplicaram questionário respondido por 314 participantes, dos quais 206 apontaram não terem presenciado casos de discriminação de gênero

durante a trajetória acadêmica. Todavia, observaram aspectos decorrentes das falas de integrantes da amostra estudada, tais como: ausência de mulheres em cargos de gestão nesses espaços; agressividade no trato voltado às mulheres; comentários sexistas e discriminação quanto à orientação sexual; indícios de naturalização dessas desigualdades e de seus efeitos danosos que os afeta; e carência de incentivo ao diálogo sobre a temática, bem como na literatura contábil.

Por fim, em relação à educação financeira como instrumento propulsor de planejamento e conhecimento acerca do uso do dinheiro no meio estudantil, temática do artigo intitulado **Educação Financeira: um Estudo Comparado entre os Estudantes do Ensino Médio de um Instituto Federal de Minas Gerais**, submetido por Thayse Machado Guimarães e Thayla Machado Guimarães Iglesias. O propósito do estudo foi mensurar o nível do conhecimento financeiro dos estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e verificar a associação do índice de educação financeira com as características demográficas, socioeconômicas e acadêmicas. As hipóteses do trabalho foram testadas mediante testes não paramétricos de diferenças de medianas. Posteriormente, foi aplicada a Análise de Correspondência para identificar a associação das variáveis. Os resultados indicaram que os estudantes possuíam baixo nível de educação financeira, conforme preconiza a literatura internacional e nacional explorada. Por sua vez, os indivíduos do gênero masculino no terceiro ano do ensino médio, cursando técnico em administração, demonstraram maior conhecimento sobre o tema, bem como discentes cujas famílias auferiam mais de quatro salários-mínimos apresentaram índices mais elevados de educação financeira.

Agradecemos aos autores e ao grupo de avaliadores pela disponibilidade de tempo e valiosas contribuições no sentido da qualificação dos trabalhos, que são imprescindíveis à continuidade e efetivação deste periódico. Desejamos boa leitura e recomendamos a divulgação dos estudos publicados nesta Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade com sua rede de relacionamento.